



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES APRISIONADA: DISPUTA DE PROJETOS E A RESISTÊNCIA ATIVA PROPOSITIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Sidnéia Flores Luz sidneiaflores2016@gmail.com. Universidade Federal da
Bahia (UFBA)

Celi Nelza Zulke Taffarel. taffarel@ufba.br. Universidade Federal da Bahia
(UFBA)

Matheus Lima de Santana. matheus.ls2010@gmail.com. Universidade Federal
da Bahia (UFBA)

Linha de estudo:1

Forma de Apresentação

Comunicação Oral

Poster

Resumo

O Objetivo desse artigo é apresentar uma síntese crítica sobre a formação de professores, a resistência ativa propositiva ao projeto de Formação de professores de Educação Física, apresentando uma denúncia sobre o avanço da extrema direita e suas ideologias que aprisionam a formação de professores submetendo-a aos interesses privatistas dos empresários, ao militarismo e ao fundamentalismo religioso. A pesquisa é de caráter bibliográfico e de análise documental. O aporte teórico-metodológico é fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético. Na perspectiva da resistência ativa propositiva, vamos localizar espaços, territórios, campos onde a luta de classes vem se expressando na disputa dos rumos da educação, na formação de professores e Formação de Professores de Educação Física. Reconhecemos nestes enfrentamentos a contribuição de entidades que aqui destacamos – Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), Fórum das licenciaturas ampliadas (FORLIA), Comitê Nacional contra as atuais DCNs da Educação Física e o Movimento Nacional contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR). As possibilidades de avanços na formação de professores em geral e professores de Educação Física residem nos sentidos e motivos atribuídos às atividades em defesa da Escola Pública e sua função social. Os dados apresentados nos permitem concluir que está em curso, de maneira acentuada, a formação de professores pela via da privatização e EaD, bem como, pela mediação da legislação e das teorias pedagógicas, um processo de aprisionamento das escolas e de rebaixamento teórico pela negação do



conhecimento na formação de professores e nas escolas básicas. O movimento de resistência ativa propositiva empreendidos pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, especificamente as entidades que estão fazendo o enfrentamento as atuais políticas curriculares ultraneoliberais, são fundamentais nas lutas de classe da classe trabalhadora, em defesa do projeto de emancipação humana, ou seja, projeto de superação do modo de produção de vida capitalista. Concluímos que as possibilidades crítico-superadoras, discutidas neste trabalho, residem na luta mais geral da classe trabalhadora para alterar o modo de produção e reprodução da vida na cidade e no campo e, em especial, na luta específica da Educação, particularmente na formação de Professores/as para as Escolas Públicas na perspectiva da formação emancipatório, omnilateral.

Palavras-chave: Formação de Professores Aprisionada; Educação Física; Resistência Ativa Propositiva

Introdução

O objeto da presente investigação é a formação de professores considerando a função social da escola, em um período histórico de expansão da acumulação do capital, pela via da exploração do trabalho humano, expropriação de direitos, exploração da natureza e, militarização da sociedade, da política, da educação e da escola. O Objetivo é apresentar uma síntese crítica sobre a formação de professores, a resistência ativa propositiva ao projeto de Formação de professores de Educação Física, apresentando uma denúncia sobre o avanço da extrema direita e suas ideologias que aprisionam a formação de professores submetendo-a aos interesses privatistas dos empresários, ao militarismo e ao fundamentalismo religioso.

Metodologia

A pesquisa é de caráter bibliográfico e de análise documental do conteúdo do enfrentamento das entidades que estão fazendo a resistência ativa propositiva e contestando a Formação de Professores de Educação Física: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) ANFOPE, Fórum das licenciaturas ampliadas (FORLIA), MNCR, Grupo de Trabalho Temático (GTT) – Formação Profissional e Mundo do Trabalho do CBCE e o Comitê Nacional contra as atuais DCNs da Educação Física.

O aporte teórico-metodológico é fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético como base teórica explicativa.



A DISPUTA DE PROJETOS E A RESISTÊNCIA ATIVA PROPOSITIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Afinal qual é a função social da escola? Segundo Caldart (2020, p. 05) “já faz tempo que não acreditamos na neutralidade da educação e sabemos que suas finalidades não se definem senão em conexão com as finalidades sociais, o que quer dizer, com o destino histórico reservado ao trabalho humano”. Nesta perspectiva, a educação assume uma profícua conexão com a produção da vida nas dimensões teóricas e práticas que exige o campo brasileiro.

Nascemos com a possibilidade de nos humanizar através da apropriação do patrimônio cultural produzido socialmente na história, que diz respeito as relações dos seres humanos com a natureza pelo trabalho que garante nossa existência (Engels, S/D). A função social da escola, em especial a escola pública, dever do Estado e direito de todas as pessoas é, segundo Saviani (2013, p.15), o lócus prioritário da socialização do saber sistematizado, o que significa que não é qualquer saber e nem é de qualquer forma. Trata-se de um saber elaborado, do conhecimento científico, artístico e filosófico. A escola existe para propiciar, ainda segundo Saviani (2013, p 14), “a aquisição de instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência)”. A escola, portanto, tem a função social de desenvolver atividades nucleares desenvolvidas pela escola. É função social da escola e destinar espaço e tempo pedagógico ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados.

No entanto, a conjuntura demonstra que a Educação está em disputa. Sendo assim, como se materializa a disputa de projeto histórico, de projeto de nação, de projeto educacional? Destacamos cinco âmbitos em que é possível reconhecer esta disputa: (1) a disputa dos fundos públicos, do orçamento da união, do financiamento da educação; (2) a disputa de leis, diretrizes, do aparato legal (BNCC, Reforma do Ensino Médio, Base Nacional Comum – Formação de professores; (3) a Gestão da escola e as parcerias público-privado e a militarização das escolas; (4) o ataque aos professores na formação, carreira, salários, condições de trabalho, seguridade social – assistência, previdência,



saúde; (5) na disputa teórica-metodologia nos processos de formação humana, nos processos de ensino-aprendizagem.

Um dos aparelhos ideológicos da burguesia, dos que detém os meios de produção, é o parlamento brasileiro em que os dados demonstram a desigualdade de forças. A Maioria na câmara e no senado são forças de extrema direita, direita e o Centrão, forças políticas conservadoras que podem ser identificadas pelas posições que assumem perante as pautas de interesse da classe trabalhadora. As Reformas Trabalhista, Previdenciária, a Terceirização sem fim, a alta taxas de juros, o superavit primário para manter taxas de lucros dos especuladores, as reformas educacionais BNCC, Reforma do Ensino Médio, BNCC-Formação, são exemplos dos interesses dos capitalistas prevalecendo no parlamento.

Outro âmbito da luta de classes diz respeito aos cursos de formação de professores em geral e em especial de professores de Educação Física. Apresentamos a seguir o quadro que nos permitiram constatar quatro tendências nefastas na formação de professores que nos levam a questionar sobre o que fazer para superá-las. As tendências são as seguintes: (a) aumento do número de cursos na iniciativa privada; (b) aumento do número de cursos à distância; (c) crescimento do número de cursos de bacharelado com a divisão na formação; (d) o atrelamento dos cursos a BNCC, BNC-Formação e Reforma do Ensino Médio. O que constatamos é a negação de conhecimentos científicos clássicos, o avanço de negativismo científico, do fundamentalismo religioso, da tendencia acrítica, a-histórica e apolítica na formação de crianças, jovens e professores.

O Quadro 01 organiza os dados sobre os Cursos de Educação Física em atividade no Brasil em 2024 por regiões, informando a quantidade de cursos relacionadas à modalidade (presencial ou à distância), gratuidade (público ou privado) e grau (licenciatura ou bacharelado).

QUADRO 1- CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ATIVIDADE NO BRASIL ORGANIZADOS POR MODALIDADE (Presencial - Pres/à distância – EaD), GRATUIDADE (Público-PUB/Privado –PRIV), GRAU (Licenciatura - Lic/Bacharelado – Bel)

CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL – 2024			
REGIÃO	MODALIDADE A DISTÂNCIA	MODALIDADE PRESENCIAL	TOTAL



	BACHARELADO		LICENCIATURA		BACHARELADO		LICENCIATURA		
	PUB	PRIV	PUB	PRIV	PUB	PRIV	PUB	PRIV	
NORTE	0	134	1	149	20	48	52	40	444
NORDESTE	0	229	5	260	17	188	61	118	878
CENTRO-OESTE	0	117	7	136	10	87	20	70	447
SUL	1	112	6	131	18	146	20	139	573
SUDESTE	0	181	7	211	42	459	38	434	1372
TOTAL	1	773	26	887	107	928	191	801	3714

Fonte: Sistema e-mec (fevereiro/2024), dados coletados e organizados por Matheus Santana

Constatamos que existem 3.714 cursos de Educação Física no Brasil. Destes, 3.389 são cursos da iniciativa privada, ou seja, a maioria. Na modalidade Educação a Distância, são 1.687 cursos na Iniciativa Privada, sendo 913 Licenciaturas e 774 Bacharelados. Na modalidade Presencial, temos 2.033 Cursos, sendo que, destes, 1.729 são da Iniciativa Privada.

A apresentação dos dados, referentes aos cursos de Educação Física em atividade no Brasil, demonstram que o setor privado, detém 91% da oferta dos cursos em Educação Física, 98% dos cursos na modalidade Ead e 85% na modalidade presencial estão no setor privado. Constatamos que na modalidade presencial o setor privado oferta ao compararmos o número de cursos de licenciatura (49%) e de bacharelado (51%) na modalidade presencial, são 80% na licenciatura e 89% no bacharelado indicando o que Hack (2017, p. 86) já apontava em que “as instituições privadas se aproveitam da divisão da formação para a oferta de dois cursos para auferir os graus de licenciatura e bacharelado, o que lhes é mais lucrativo”.

Estes dados nos permitem afirmar que o Projeto de Escolarização, e mais ainda a educação enquanto política cultural, na perspectiva da formação humana omnilateral, está sob ataques. Ou seja, a possibilidade de um projeto antagônico à formação unilateral que se adequa a lógica dos capitalistas, na perspectiva da emancipação humana está sendo inviabilizado. A construção histórica da classe



trabalhadora, do Projeto de Escolarização emancipatório, que apresenta outras diretrizes àquelas defendidas pela classe capitalista, imperialista e seus vassalos está sendo interrompida. A possibilidade histórica de a Escola Pública desenvolver um Projeto de Escolarização baseado na formação humana omnilateral (Manacorda, 1989), não está colocada como possibilidade crítica-superadora hegemônica, neste momento histórico de expansão da acumulação capitalista pela via das privatizações e de promoção de guerras.

O professor Luiz Carlos de Freitas (2018), em sua obra “A Reforma Empresarial da Educação: *Nova direita, velhas idéias*”, descreve a origem e os fundamentos de quem são os “novos reformadores”. A dinâmica da destruição, que visa precarizar o magistério, vale-se da padronização, bem como do uso de testes para controlar resultados, culpabilizando professores e estudantes na lógica do êxito pela meritocracia.

O objetivo é privatizar e rebaixar a capacidade teórica da classe trabalhadora para constatar, sistematizar, compreender, ampliar e aprofundar o conhecimento clássico, científico, filosófico, artístico e da cultura corpora e a isto nos opomos com a “arma da crítica” (SADER; JINKINGS, 2012) e a possibilidade superadora, indispensáveis ao combate revolucionário, assim como o é, dialeticamente, a crítica das armas, em um período de negacionismo beligerante (DUARTE, 2022).

Ao indagarmos sobre a atuação profissional dos professores nas escolas públicas constatamos problemas gravíssimos dos quais destacamos três na presente análise: (1) Escola Aprisionada; (2) Atuação de Conselhos Profissionais; (3) Desconexão entre as necessidades de formação inicial de professores e, as necessidades da Educação Básica considerando a formação para a emancipação humana.

No artigo “Escolas Aprisionadas em uma Democracia Aprisionada” Luiz Carlos de Freitas (2019), demonstra que as escolas são aprisionadas por meio de políticas neoliberais e conservadoras que limitam seu papel social, sua autonomia e sua função crítica na formação de cidadãos. Esse aprisionamento ocorre em diversos níveis, desde a organização da educação até a imposição de uma lógica mercadológica que transforma o sistema educacional em um

mecanismo de controle social e produtivo, restringindo seu potencial emancipador.

O autor demonstra em sua obra que a atuação empresarial, pela via da legislação, das reformas, dos planos de ação. A Figura 1 demonstra um conjunto de iniciativas simultâneas que aprisionam a escola aos interesses dos lucros da burguesia empresarial que ao fim e ao cabo, pela via das parcerias público-privado se apropriam de fundos públicos e direcional os rumos da formação da classe trabalhadora.

Imagem 1 – Determinações que aprisionam a escola



Fonte: FREITAS (2019). **Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada:** Anotações para uma resistência propositiva.

O Conteúdo da figura acima, elaborada pelo professor Luiz Carlos de Freitas, nos permite reconhecer as determinações que aprisionam a escola ao sistema ultra neoliberal das “direitas”.

Quanto aos Conselhos Profissionais constatamos que avançam sobre as escolas e os professores os tentáculos do que podemos designar como “Polícia Administrativa” que são os Conselhos, enquanto braço do Estado Burguês, para submeter a classe trabalhadora à Ética Liberal. Na Educação Física, com a aprovação da Lei 14.386/2022 que garantiu a atuação do Sistema CONFED/CREFs nas Escolas, na qual, constatamos uma luta incessante do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação

Físicas, em defesa da regulamentação do trabalho e direitos da classe trabalhadora.

Quanto as relações entre a realidade e as necessidades da Escola Pública e a Formação de Professores nos perguntamos sobre a função social da escola para a classe trabalhadora na atual conjuntura, onde a correlação de forças indica a ocupação do Ministério da Educação de forças políticas ligadas ao “olavismo”¹, a extrema direita conservadora, as religiões fundamentalistas e, ao setor empresarial. Os empresários da Educação continuam ocupando espaços estratégicos, tanto nos Conselhos como nos Fóruns, nas Secretarias de Educação e nas Escolas, constatado quando analisamos o que prevalece em termos de medidas a serem adotadas no campo Educacional sendo que constam aí as reformas educacionais.

Os embates sobre as reformas são extremamente violentos e difíceis e desta correlação de forças define-se os rumos da Educação. Tais embates dizem respeito às possibilidades de humanização pelo acesso à educação pública, laica, democrática, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada.

Entretanto, existe resistência ativa propositiva a esse projeto de Formação. A proposta de resistência ativa propositiva que defendemos parte da crítica à realidade concreta, o que exige método, estudo, estudo e mais estudo. Exige, ainda, tarefas, táticas e estratégias a serem concretizadas bem como, mobilizar, organizar e agir revolucionariamente para mudar a realidade concreta, o que não se dá fora da práxis revolucionária (Marx, Engels, 2007). Sobre resistência ativa propositiva estamos considerando três referenciais: o primeiro consiste no termo resistência ativa propositiva, que foi utilizado por Saviani (1997) quando trata do contexto da implementação da nova LDB e a estratégia da resistência ativa. O segundo referencial está na obra de Freitas (2018). Ao criticar o aprisionamento da democracia e da escola Freitas apresenta uma proposta para a “resistência propositiva”. O terceiro referencial está na tese de doutorado de Beltrão (2019), que trata sobre o Novo Ensino Médio (NEM) e o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica.

¹ “Olavismo” é denominada a ideologia negacionista, de extrema direita, conservadora, difundida por Olavo Luiz Pimentel de Carvalho (1947-2022).



Na perspectiva da resistência ativa propositiva, vamos localizar espaços, territórios, campos onde a luta de classes vem se expressando na disputa dos rumos da educação, na formação de professores e Formação de Professores de Educação Física. Reconhecemos nestes enfrentamentos a contribuição de entidades que aqui destacamos – Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), Fórum das licenciaturas ampliadas (FORLIA), Comitê Nacional contra as atuais DCNs da Educação Física e o Movimento Nacional contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR).

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação ANFOPE constitui-se em uma entidade científica, comprometida com a produção e com a difusão de conhecimentos educacionais relacionados ao campo da formação dos profissionais da educação. Historicamente, esta tem sido a luta da ANFOPE: a defesa pela qualidade da formação do profissional da educação, socialmente referenciada, indissociável de sua valorização, ancorada em uma proposta democrática e coletiva, historicamente construída e reafirmada a cada encontro nacional (Anfope, 2021). A base comum nacional da Anfope é um instrumento de resistência ativa propositiva na luta pela formação. A concepção construída historicamente pelos educadores, representa a ruptura com a ideia de currículo mínimo que predominou, e ainda predomina, na organização dos cursos de graduação. Ao mesmo tempo, essa concepção contribui para a definição de eixos norteadores para a organização do percurso de formação, reafirmando-se a necessidade de se ter a práxis docente como referência na formação de todo e qualquer professor.

O Fórum dos Cursos de Licenciatura em Educação Física de Caráter Ampliado (FORLIA) atua para defender uma formação de professores e professoras de Educação Física em Cursos de Graduação de Caráter Ampliado para atender os espaços formativos nos sistemas educacional, saúde, lazer, esportivo, e outros, exercendo a docência, tratando do objeto da cultura corporal e conferindo uma direção omnilateral à formação humana em diferentes campos de trabalho (Taffarel; Hack, 2015). Defende a revogação da atual Resolução e a abertura de um amplo debate para a elaboração de novas DNCs para a formação em Educação Física pautadas pela formação ampliada/unificada e pela



implementação da Resolução CNE/CP nº 02/2015. Tem se posicionado na contínua defesa contra a desqualificação dos trabalhadores/as em sua formação inicial, com a divisão de cursos e a negação de conhecimentos, com o rebaixamento teórico que atende somente aos interesses exploradores do mercado de trabalho capitalista.

O Movimento Nacional contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) foi criado, logo após a promulgação da Lei nº 9.696/1998. É formado por estudantes, professores, professoras, trabalhadores e trabalhadoras de um modo geral, organizado nacionalmente e atua no enfrentamento e combate aos ataques e ingerência do CONFED/CREFs que, ao longo da sua existência, age de forma autoritária, violenta e repressora contra os trabalhadores e trabalhadoras da cultura corporal (Costa; Hack; Luz, 2021).

Destacamos a luta de resistência ativa do MNCR em duas dimensões: 1. aos Cursos de formação de professores de Educação Física e a Resolução CNE/CES 06/2018; 2. a Lei 14.386/22 que re-regulamenta a profissão do profissional de Educação Física.

O MNCR defende um Curso Único de Licenciatura de caráter ampliado (TAFFAREL, 2012) porque forma para atuar através da docência em campos de trabalhos da Educação, Saúde, Políticas Públicas, formais, informais e não formais. Considera um currículo ampliado, que respeite as determinações legais, culturais, sociais e filosóficas para uma educação antirracista, omnilateral, emancipatória. A identidade epistemológica da Educação Física tem no seu epicentro à docência. Defende também que a Política global de formação humana omnilateral deve observar os seguintes princípios: trabalho pedagógico como base da identidade do profissional de Educação Física; compromisso social da formação na perspectiva da superação da sociedade de classes e do modo do capital organizar a vida; sólida e consistente formação teórica; articulação entre ensino, pesquisa e extensão, indissociabilidade teoria prática; articulação entre conhecimentos de formação ampliada, formação específica e aprofundamento temático, a partir de complexos temáticos que assegurem a compreensão radical, de totalidade e de conjunto da realidade, na perspectiva da superação.



Quanto a Lei 14.386/22 o Movimento Nacional contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) reafirma sua posição contrária à regulamentação da profissão.

Portanto, o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) desde sua criação, em 1999 (1 ano após criação do Sistema CONFED/CREFs), vem lutando pela extinção do Sistema CONFED/CREFs, ou seja, pela revogação da Lei no 9696/1998 e sua atualização na Lei no 14.386/2022. No decorrer do processo histórico, sempre lutou pela contrariedade da regulamentação da profissão, como também pela formação unificada em torno da licenciatura; pela revogação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física – Resolução CNE no 06/2018 - as quais confirmam a divisão da formação profissional em licenciatura e bacharelado; e ainda luta pela não exigência de registro no conselho para atuação profissional, independente do âmbito de atuação; luta pelos direitos dos(as) trabalhadores(as), independente da sua área de origem ou de atuação; luta, pela superação do modo de produção da vida no sistema capitalista (MNCR, 2022). O Trabalho do MNCR está inserido em um tempo histórico de luta contra a barbárie. Época de deter o plano perverso da extrema direita e fazer valer o plano da classe trabalhadora na formação de professores/as e atuação profissional.

O Comitê Nacional Contra as atuais Diretrizes Curriculares da Educação Física são constituído por docentes e estudantes originários de diferentes instituições, tanto do ensino superior quanto do ensino básico, unificados desde fevereiro de 2019 em torno da insatisfação que se instalou desde a aprovação da Resolução CNE/CES nº 06/2018 e que instituiu novas DCNs para os Cursos de Graduação em Educação Física. Um dos principais instrumentos de resistência do comitê “As cartas organizadas pelo comitê”.

A primeira carta foi elaborada contendo 75 assinaturas signatárias; entre estas, constavam entidades acadêmicas, sindicais e estudantis, além de apoios individuais de professores, intitulado “Carta da Educação Física ao Conselho Nacional de Educação”, apontando naquele momento os graves problemas contidos nesta resolução, desde a sua concepção, tramitação e aprovação, carta sem resposta do CNE até o momento.



Dando seguimento às tarefas, foi elaborada uma segunda Carta intitulada “Carta do Comitê Nacional Contra as Atuais DCNs da Educação Física (Resolução CNE/CES nº 06/2018) - 2ª versão revista e atualizada – 2021”. A carta teve por objetivo reafirmar a necessidade do posicionamento em 2019, além de ampliar as críticas iniciais, as quais assumiram novas dimensões, desde 2018 até aquele momento. Aponta que os problemas já indicados na carta de 2019 ganham novas dimensões e radicalidade, sobretudo, após a revogação da Resolução CNE/CP nº 02/2015 e aprovação da Resolução CNE/CP nº 02/2019, e da Resolução CNE/CP nº 01/2020, rompendo definitivamente com as concepções históricas defendidas para a formação de professores e professoras. A carta foi protocolada no CNE acompanhada de um abaixo-assinado, do qual constam 58 assinaturas institucionais e 753 assinaturas individuais, tratando das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física, indicando a urgência de sua revogação, bem como a revogação das diretrizes direcionadas aos cursos de formação de professores (Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019 – BNC-formação).

Outra tarefa importante do comitê foi a constituição de uma Comissão para a organização e publicação de um livro eletrônico, cujo título é “Formação de Professores e Educação Física: Políticas e Resistências” que foi publicado em outubro de 2024 pela Editora da FURGS.

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) criado em 17 de setembro de 1978 é a maior e importante entidade científica da área da Educação Física/Ciências do Esporte que se consolidou historicamente como um importante espaço político-acadêmico-cultural- social visando o desenvolvimento da área, e é vinculado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Destacamos dentre as ações de resistência ativa propositiva do CBCE (2023), o Grupo de Trabalho (GT) das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da Educação Física, constituído por representantes dos GTTs e Secretarias de nossa comunidade acadêmica e objetiva analisar as atuais DCNs de Educação Física, discutindo suas implicações para o campo do trabalho e formação em Educação Física; produzir documentos que possam orientar e instrumentalizar a comunidade acadêmica, professores(as), pesquisadores(as), estudantes,



coletivos e movimentos sociais que apresentem interesse na seguinte temática: formação de professores(as) em Educação Física no Brasil. O posicionamento do GT encontra-se no relatório técnico intitulado, “Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física: em defesa pela formação unificada no Brasil”.

Como possibilidades de resistências para efetivar a dupla titulação em Educação Física apresentadas, a primeira deles na linha de exigir a revogação das atuais DCNs EF com duas cartas protocoladas ao CNE30, e outro, pela exigência da criação do terceiro código, também com uma carta protocolada no CNE, fazendo valer o Art. 30 da Resolução 06/2018, na qual traz uma abertura importante para a contradição, a possibilidade de as IES poderem “...a critério da Organização do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Educação Física, admitir, em observância do disposto nesta Resolução, a dupla formação dos matriculados em bacharelado e licenciatura.” (BRASIL, 2018, p. 8).

Defende-se e reivindica-se uma formação unificada em Educação Física, que nas atuais DCNs se configura na “dupla formação” o que significa dupla titulação, com um processo de formação inicial e continuada que instrumentaliza o(a) professor(a) para o trabalho docente em todos os espaços da sociedade, na cidade e no campo, por meio da Cultura Corporal, com sólida formação cultural – científica – política – tecnológica – pedagógica com fundamentos histórico ontológicos e princípios da educação emancipadora para a formação da classe trabalhadora. Esta formação para atuação em todos os campos de trabalho em Educação Física - escolar e não escolar - na sociedade. Defende-se ainda uma sólida base científica que assuma a Cultura Corporal como objeto de estudo da área. Nesse sentido o GT do CBCE (2023) reivindica o imediato cumprimento do Art. 30 da Resolução CNE/CES nº 06, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018) com a criação de um código no sistema E-MEC, para que as IES possam, conforme a autonomia constitucional, operacionalizar e implementar os projetos dos cursos, caso assim o decidam

Conclusão

As possibilidades de avanços na formação de professores em geral e professores de Educação Física residem nos sentidos e motivos atribuídos às atividades em defesa da Escola Pública e sua função social. Os dados apresentados nos permitem concluir que está em curso, de maneira acentuada,



a formação de professores pela via da privatização e EaD, bem como, pela mediação da legislação e das teorias pedagógicas, um processo de aprisionamento das escolas e de rebaixamento teórico pela negação do conhecimento na formação de professores e nas escolas básicas.

Concluimos que o movimento de resistência ativa propositiva empreendidos pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, especificamente as entidades que estão fazendo o enfrentamento as atuais políticas curriculares ultraneoliberais, são fundamentais na lutas de classe da classe trabalhadora, em defesa do projeto de emancipação humana, ou seja, projeto de superação do modo de produção de vida capitalista, em que se situa um projeto de formação de professores em geral e, em especial, de Educação Física, que se contrapõe ao conformismo e à adaptação à lógica do capital.

Concluimos que as possibilidades crítico-superadoras, discutidas neste trabalho, residem na luta mais geral da classe trabalhadora para alterar o modo de produção e reprodução da vida na cidade e no campo e, em especial, na luta específica da Educação, particularmente na formação de Professores/as para as Escolas Públicas na perspectiva da formação emancipatório, omnilateral.

Referências

ANFOPE. Revista Formação em Movimento - vol.3,i.1,nº 5, jan-jun, 2021.
ANFOPE. **Revista Formação Em Movimento** - vol.3,i,3,nº7.Especial, 2021. – vol 17, nº 37, Jan/abr. 2023.

BELTRÃO, J. A. **Novo ensino médio**: o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica na educação física. 267 f. il. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível In: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso 20 julho 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018.

CALDART, R. **Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

DUARTE, N. O significado político da objetividade do conhecimento e de sua difusão: Argumentos contra o negacionismo e o relativismo. In: **Germinal: Marxismo e educação em debate**. Salvador, vo. 14, n. 3, p 55-72, dez 2022.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Karl Marx, Friederich Engels. **Obras Escolhidas**. Volume 2. São Paulo: Editora Alfa Ômega. S/D.

FREITAS, L.C. **A reforma empresarial da Educação**: Nova Direita, Velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.

FREITAS, L. C. **Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada**: Anotações para uma resistência propositiva. In: Revista HISTEDBR. Volume 18, Número 4, out/dez.2018b. Disponível In: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654333>. Acesso 20 de julho 2024.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

SAVIANI, D. **Educação: Do senso Comum à consciência filosófica**. Campinas/SP: Autores Associados, 2009

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-critica**. 11ª Edição Revista. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas**: A crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

TAFFAREL, C. Formação de professores de educação física: diretrizes para a formação unificada. **Kineses**, v.30, n.1, p. 95-133, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/5726/3395>.